



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2044 /00

Cria o Memorial “Mirante da Igualdade”,
estabelece cemitérios, determina sua administração
e funcionamento e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ delibera e
eu sanciono a seguinte Lei:

MEMORIAL MIRANTE DA IGUALDADE

CAPÍTULO I

DO ESTABELECIMENTO, ADMINISTRAÇÃO E DIVISÃO ESTRUTURAL

Art. 1º - Fica estabelecido, em caráter definitivo, na localidade denominada Virgem Santa, o **MEMORIAL MIRANTE DA IGUALDADE**, destinado à realização de serviços funerários, em área previamente demarcada e que já conta com a infraestrutura necessária segundo projeto básico elaborado para este fim.

Art. 2º - A área será administrada pela Municipalidade, através da Fundação de Ação Social – Macaé FAS e em conformidade ao disposto nesta Lei.

Art. 3º - O **MEMORIAL MIRANTE DA IGUALDADE** terá a seguinte estrutura física:

- I - Cemitérios, com 4 (quatro) setores para sepultamento, a saber:
- a) Setor A – Cemitério Parque;
 - b) Setor B - Jazigo Tradicional;
 - c) Cemitério-Gaveta;
 - d) Setor de Incineração;

- II - 5 Capelas destinadas a velórios, uma das quais dupla;
- III - Uma Capela mortuária de utilização gratuita;
- IV - Uma Capela Ecumênica;
- V - Um Ambulatório para pequenos procedimentos médicos;
- VI - Uma Cantina;
- VII - Uma Sede Administrativa, dotada de serviços cartoriais.

Art. 4º - O Cemitério **MIRANTE DA IGUALDADE**, em todos os seus setores, terá caráter secular, constituirá uma reserva especialmente destinada a serviços funerários, e guardará estrita observância às normas sanitárias e ambientais prescritas para a finalidade a que se destina.

Parágrafo Único - Considera-se caráter **secular** a sujeição às leis civis, predominantemente à obediência a qualquer dispositivo de ordem religiosa.

Art. 5º - O Setor A será caracterizado por um Cemitério Parque, e ficará localizado em jardim coberto por tapete de grama verde, contendo jazigos de caixa dupla, subterrâneos, cobertos por lápides padronizadas, permitindo o sepultamento de até 2 (duas) pessoas.

§ 1º - Entende-se por Jazigo o sepulcro, isto é, a cova funerária.

§ 2º - Entende-se por lápide a pedra com inscrição funerária, que identifica o jazigo.

§ 3º - Após o decurso de 3 (três) anos, será permitida a remoção dos ossos para o ossuário ao fundo do jazigo, liberando-se este para novo sepultamento.

§ 4º - O fato de estar ocupada uma das divisões do jazigo de caixa dupla, não impossibilitará a realização de inumações ou exumações na outra, desde que atendidos os requisitos legais e sanitários, sendo que, no caso de ficar uma das divisões vazia, deverá ser a situada mais próxima da superfície.

Art. 6º - O Setor B, localizado num platô, na parte intermediária da área **MIRANTE DA IGUALDADE**, será caracterizado por jazigos de aspecto tradicional, que também serão destinados a receber os corpos trasladados de outros cemitérios.

Art. 7º - O Setor C, localizado na parte mais baixa da área e à direita do setor B, será tipificado por gavetas, distribuídas em fileiras e identificadas alfanumericamente.

Parágrafo Único – O setor, a que se refere o *caput*, destina-se inclusive a abrigar os restos mortais de indigentes e pessoas carentes, cujas famílias não têm condições de arcar com os custos funerários, conforme comprovação do Serviço Social da MACAÉ FAS.

Art. 8º - O Setor de Incineração será constituído em total obediência às normas sanitárias e ambientais, e será dotado de local específico para recolhimento e depósito das Cinzas.

Art. 9º - O uso das capelas destinadas aos velórios, com exceção da pública, será remunerado, conforme tabela apresentada no ANEXO ÚNICO.

Art. 10 – A Capela Ecumênica destina-se à realização de cultos religiosos de qualquer crença.

Parágrafo Único – A utilização da Capela deverá ser marcada com antecedência de, pelo menos, 12 (doze) horas, a fim de permitir um escalonamento de seu uso.

Art. 11 – A Secretaria Municipal de Saúde implementará o ininterrupto funcionamento do Ambulatório, dotando-o de recursos humanos e materiais, suficientes e capazes de procederem a atendimentos emergenciais.


Art. 12 – A cantina do **MEMORIAL MIRANTE DA IGUALDADE** poderá ser explorada por terceiros, mediante contratação realizada segundo às exigências legais.

Art. 13 – A sede administrativa contará com serviços cartoriais próprios, que sejam da competência do Município, podendo a entidade administradora firmar convênios que permitam a ampliação de suas atribuições.

CAPÍTULO II

DA CONCESSÃO DE USO

Art. 14 – Fica autorizada a **CONCESSÃO DE USO** dos jazigos do Setor A, do Setor B e das Gavetas a qualquer interessado, seja pessoa física, instituição, sociedade civil, empresa, irmandade ou confraria religiosa, mediante requerimento dirigido à Administração e comprovante do pagamento estipulado no ANEXO ÚNICO, que fica fazendo parte integrante desta Lei.



§ 1º - A **CONCESSÃO DE USO A PRAZO FIXO** só poderá ocorrer em relação às Gavetas, e terá a duração de 3 (três) anos, findos os quais os restos mortais do cadáver serão removidos, após notificação aos familiares, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, e submetidos à incineração.

§ 2º - A **CONCESSÃO DE USO POR PRAZO INDETERMINADO** abrangerá os jazigos do Setor A, os do Setor B e as gavetas, e poderá ser extinta a pedido e/ou se o concessionário, após notificado, não pagar, no prazo fixado, a taxa de manutenção, revelando desinteresse em manter os seus direitos.

Art. 15 - A CONCESSÃO DE USO A PRAZO FIXO OU INDETERMINADO será obrigatoriamente transcrita nos respectivos Livros e objeto de título a ser fornecido ao concessionário.

Parágrafo Único - Os requerimentos para Concessão de Uso serão feitos em formulários próprios e deverão conter a qualificação completa do concessionário, bem como o nome daqueles que, por vontade do titular, poderão ser beneficiados com a Concessão.

Art. 16 - Não se concederá servidão, nem direito de inumar, a nenhum usuário que pretenda utilizar só para si qualquer rua, calçada ou área de passeio, destinadas apenas como meio de acesso aos diversos pontos do Mirante da Igualdade.

Art. 17 - Não se admitirá a existência de mais de um titular de direito sobre a mesma sepultura.

Art. 18 - As Concessões de Uso a prazo indeterminado serão perpétuas.

Parágrafo Único - Caso a Municipalidade resolva extinguir o cemitério, o concessionário fará jus à nova concessão, no local onde o outro se instalar, independentemente de qualquer pagamento, exceto os relativos à transladação de restos mortais existentes na antiga sepultura.

Art. 19 - O titular do direito sobre a sepultura, seus herdeiros e/ou sucessores obrigam-se a comunicar à Administração do MIRANTE DA IGUALDADE qualquer alteração ocorrida na titularidade de seus direitos, mantendo sempre atualizados os endereços, sob pena de ser válida, para todos e quaisquer efeitos, notificação feita por edital publicado em jornal de grande circulação no Município, com cópia afixada em local apropriado na sede administrativa do Memorial.

Art. 20 – No caso de falecimento do titular, àquele a quem, por disposição legal ou testamentária, for transferido o direito sobre a sepultura, suceder-lhe-á na titularidade, e poderá, após comunicação e comprovação da transferência por *causa mortis*, ratificar ou alterar, junto à Administração do Memorial, a designação das pessoas cujo sepultamento nela poderá ocorrer.

Art. 21 – A transferência da titularidade do direito de Concessão de Uso será permitida desde que a sepultura se encontre desocupada e paga.

Parágrafo Único – A transferência só se fará através da Administração do Mirante, e mediante prévio pagamento da respectiva taxa.

CAPÍTULO III

DAS INUMAÇÕES

Art. 22 – Todo sepultamento será realizado sem qualquer tipo de discriminação quanto à cor, raça ou credo religioso do falecido.


Art. 23 – A inumação só será efetivada mediante apresentação da certidão de óbito emanada da autoridade competente ou, nos casos previstos em Lei, da Guia de Sepultamento.

§ 1º - Quando se tratar de corpo trazido de fora do Município, será exigido do responsável atestado da autoridade competente do local onde se deu o falecimento, em que se declare constatada a identidade do falecido e a respectiva *causa mortis*.

§ 2º – O Gerente do Memorial Mirante da Igualdade, preferencialmente por escrito, dará ciência às autoridades policial e administrativa, se algum cadáver for levado ao cemitério ou colocado às suas portas, sem a apresentação do documento previsto no *caput* deste artigo.

§ 3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Gerente, deterá, se possível, as pessoas que conduziram o cadáver, se acaso forem encontradas no ato de condução.

§ 4º - O cadáver de que trata o parágrafo segundo, só poderá ser enterrado mediante guia da autoridade policial ou judiciária, em que constem as indicações por ventura obtidas, ficando registradas em livro próprio todas as informações possíveis, a fim de que possam subsidiar todas as posteriores providências das autoridades competentes.



Art. 24 – O registro de inumações será feito em livro próprio e conterá as informações constantes da certidão de óbito, cujas informações serão tidas como verdadeiras.

Art. 25 – Os sepultamentos e a visitação aos sepulcros só poderão ocorrer no horário compreendido entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas.

Art. 26 – A Administração do Mirante da Igualdade não será responsabilizada por eventuais atrasos nas inumações que advenham do não cumprimento antecipado das exigências legais ou regulamentares a cargo do usuário.

Art. 27 – Os enterramentos verificar-se-ão somente após o decurso de 24 (vinte e quatro) horas após o momento do óbito, salvo se:

- a) a *causa mortis* for moléstia contagiosa ou epidêmica;
- b) o cadáver apresentar sinais inequívocos de princípio de putrefação.
- c) se houver expressa determinação médica nesse sentido, comprovada por atestado.

Art. 28 – Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto no cemitério após 36 (trinta e seis) horas decorridas do óbito, exceto se o corpo estiver devidamente embalsamado ou por expressa determinação da autoridade policial ou judicial da Comarca de Macaé ou da Comarca que estiver de plantão.

Art. 29 – Nos jazigos e gavetas concedidos a prazo determinado ou perpétuo, o sepultamento far-se-á somente por autorização expressa do concessionário ou de seu representante legal.

CAPÍTULO IV

DAS EXUMAÇÕES E TRASLADOS

Art. 30 – Nenhuma exumação poderá ser feita, salvo:

I - mediante expressa requisição da autoridade judiciária ou policial, em diligências de interesse da Justiça;

II - no caso previsto no parágrafo primeiro do artigo 14, por iniciativa do Gerente;



III - na hipótese de extinção do cemitério, quando os restos mortais serão trasladados para o local onde outro se instalar ;

IV - a pedido, devidamente formulado ao Gerente, em que a pessoa interessada deverá alegar, juntando documentos comprobatórios:

- a) a qualidade que autorize o pedido;
- b) os motivos da solicitação;
- c) consentimento da autoridade policial, com jurisdição no Município, no caso da exumação ser seguida de transladação do cadáver para outro município;
- d) consentimento da autoridade consular respectiva, se a exumação for feita com objetivo de transladação do cadáver para outro país.

Art. 31 - A exumação será precedida de todas as providências e precauções necessárias à saúde pública, sob orientação direta das autoridades sanitárias.

Parágrafo Único - A exumação dos restos mortais de pessoas falecidas por moléstias contagiosas, deverá ser previamente autorizada pela Secretaria de Saúde do Município.

Art. 32 - As despesas de pessoal e material despendidos na exumação, serão suportadas pelo interessado.

Art. 33 - Quando a exumação for feita para transladação do corpo para outro cemitério dentro ou fora do Município, o interessado deverá apresentar previamente a urna funerária para tal fim.

Parágrafo Único - A urna de que trata este artigo deverá ser sempre em madeira de lei, ajustada por parafusos e será revestida internamente de lâminas de chumbo com 2 mm (dois milímetros) de espessura, perfeitamente soldadas, de modo a não permitir escapamento de gás.

Art. 34 - No local em que for feita uma exumação, poderá haver novo sepultamento.

Art. 35 - O Gerente deverá precaver-se para que todas as condições estabelecidas para os casos de exumação sejam plenamente satisfeitas.



CAPÍTULO V

DA RECEITA E DAS DESPESAS

Art. 36 – Constituirão fontes de receita da Fundação, oriundas do MEMORIAL MIRANTE DA IGUALDADE:

- I - Os valores apurados com:
 - a) a concessão de uso dos jazigos de caixa dupla, dos jazigos tradicionais e das gavetas;
 - b) a transferência de titularidade das concessões;
- II - As taxas provenientes de:
 - a) serviços de inumações;
 - b) serviços de exumação e traslados;
 - c) uso das capelas mortuárias;
 - d) manutenção dos cemitérios;
- III - os alugueres da cantina;
- IV - o resultado das aplicações financeiras;
- V - as dotações orçamentárias que lhe forem destinadas;
- VI - os eventuais legados e doações;
- VII - outras acima não enumeradas.

Art. 37 – Constituirão despesas do MEMORIAL MIRANTE DA IGUALDADE:

- I - pagamento de pessoal, inclusive o terceirizado;
- II - aquisição de material de consumo e permanente;
- III - outras, acaso se tornem necessárias.

Art. 38 – A receita auferida terá necessariamente a seguinte destinação:

- I - 40% (quarenta por cento), no máximo, com despesas de manutenção e pagamento de pessoal;
- II - 20 % (vinte por cento) serão empregados em filantropia, nos projetos assistenciais da própria Fundação;
- III - o saldo remanescente destinar-se-á a investimentos na ampliação dos serviços e realização de benfeitorias.

H

Art. 39 – Todos os pagamentos serão feitos, através de guias próprias, à Fundação de Ação Social – MACAÉ FAS, por via bancária .

Parágrafo Único – Aos sábados, domingos e feriados, o pagamento será feito em espécie ou através de cheque nominal à Fundação.

Art. 40 – A movimentação financeira será realizada pelos Presidente e Superintendente Financeiro da Fundação, em conformidade ao que consta em seus Estatutos.

Parágrafo Único – A contabilização das receitas e despesas será escriturada juntamente com às da Fundação.

Art. 41 – A iniciativa, bem como as despesas com a manutenção de todo o Memorial, e construção de novos jazigos e gavetas, ficarão a cargo da MACAÉ FAS.

CAPÍTULO VI

DO PESSOAL

Art. 42 – Para a execução dos serviços, o MEMORIAL MIRANTE DA IGUALDADE disporá do seguinte quadro de pessoal:

- Um Gerente, símbolo DAS-III;
- 02 (dois) Assistentes, símbolo DAS-IV;
- 01 (um) estatístico;
- 02 (dois) assistentes administrativos;
- 06 (seis) pedreiros;
- 10 (dez) auxiliares de serviços;
- 03 (três) jardineiros;
- 05 (cinco) zeladores (auxiliares de serviços)

§ 1º - A admissão de pessoal será por aprovação em concurso público, sendo admitidas, porém, a contratação temporária e a terceirização nos casos permitidos em Lei.

§ 2º - Todo o pessoal ficará submetido hierarquicamente ao Gerente e este, por sua vez, à Presidência da Fundação.

Art. 43 – Os salários ou remunerações e vantagens pagas ao pessoal serão os mesmos praticados na Prefeitura.

Art. 44 – Em decorrência dos serviços serem de natureza continuada, inclusive aos sábados, domingos e feriados, bem como à noite, será adotado o sistema de plantão e escala de revezamento.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45 – O MEMORIAL MIRANTE DA IGUALDADE terá um regimento interno, que será aplicado a todos os usuários, beneficiários do direito de uso, contratados, visitantes e empregados.

Art. 46 – Nenhuma inumação ou qualquer outro serviço será providenciado sem o pagamento das tarifas devidas.

Parágrafo Único – O disposto no *caput* não se aplica aos assistidos pela promoção social do Município.

Art. 47 – O Presidente da Fundação poderá, a qualquer tempo, instalar fábrica de lajes (lápides), ampliar, reduzir, redistribuir ou mudar os limites de uma ou mais áreas do MIRANTE DA IGUALDADE, bem como realizar todas e quaisquer obras de ampliação ou benfeitorias que tornem mais abrangentes e aprimorados os serviços prestados à população.

Parágrafo Único – Todas as obras realizadas deverão obedecer ao padrão arquitetônico existente e serão previamente aprovadas pelo órgão competente do Município.

Art. 48 – Serão Livros Obrigatórios da Administração do MEMORIAL MIRANTE DA IGUALDADE:

- I - Livro de Concessão de Uso por prazo fixo;
- II - Livro de Concessão de Uso perpétuo;
- III - Livro de Inumações;
- IV - Livro de Exumações;
- V - Livro de Traslados (recebidos e expedidos);
- VI - Livro de Sepultamentos em caráter precário (art. 23, § 4º);
- VII - Livro de Utilização das Capelas Mortuárias (um livro para cada uma);
- VIII - Livro de Utilização da Capela Ecumênica;
- IX - Livro de Registro das Incinerações.

Art. 49 - As Guias de Pagamento terão modelo próprio e serão fornecidas gratuitamente pela Fundação.

Art. 50 - Os requerimentos para Concessão de Uso, utilização de capelas e prestação de serviços funerários serão feitos em formulários próprios, na própria sede administrativa.

Art. 51 - A Fundação de Ação Social - MACAÉ FAS providenciará quanto ao esquema de segurança do MEMORIAL.

Art. 52 - Não será permitida no MEMORIAL a presença de crianças desacompanhadas, ébrios, vendedores ambulantes, animais e de pessoas que estejam atentando contra o pudor e a ordem pública.

Art. 53 - O Gerente do MEMORIAL, mensalmente, entregará ao Presidente da Fundação, para envio ao Chefe do Executivo, os dados e gráficos estatísticos levantados no período.

Art. 54 - A Capela Ecumênica será ornada apenas com um altar e uma cruz.

Art. 55- Não será permitido o uso de velas e de flores artificiais.

Parágrafo Único - As velas arderão no Cruzeiro, sendo que, nas capelas, somente serão usadas velas elétricas.

Art. 56 - Será permitida a inclusão de serviços afins, além dos já criados, desde que normatizados por Decreto do Executivo.

Art. 57 - As Concessões de Uso deverão ser comunicadas à Secretaria Municipal de Controle Interno para efeitos do que dispõem as Deliberações do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 58 - A Presidência da Fundação providenciará o treinamento do pessoal, objetivando sua capacitação para o desenvolvimento das respectivas atribuições.

Art. 59 - As atribuições do pessoal, seus direitos e obrigações serão objeto de Regulamentação.

Art. 60 – À Fundação de Ação Social, juntamente com a Gerência do MEMORIAL, competirá tomar todas as providências necessárias aos traslados dos corpos sepultados nos cemitérios estabelecidos na Rua da Igualdade.

§ 1º - Em cumprimento ao disposto no *caput*, deverá ser feito um levantamento prévio com todas as informações necessárias, inclusive tempo de sepultamento, após o que serão convocados por edital e, nos casos possíveis, por correspondência direta, os familiares dos sepultados, que ouvirão as razões ensejadoras da trasladação e que poderão, se assim o desejarem, acompanhar todo o procedimento do traslado.

§ 2º - A Gerência deverá recorrer às autoridades sanitárias e ambientais para que as normas e princípios pertinentes aos traslados sejam observados.

§ 3º - Fica autorizada a contratação de serviços jurídicos, caso a Fundação não disponha dos mesmos, para que as providências legais sejam cumpridas, inclusive quando houver resistência por parte de terceiros a que as exumações e traslados sejam efetivados.

§ 4º - Após a total trasladação dos cadáveres, que será feita oportuna e gradativamente, segundo às possibilidades de remoção, o Município devolverá a área ao seu legítimo proprietário.

Art. 61 – A partir da vigência desta Lei nenhum sepultamento poderá ocorrer nos cemitérios em vias de desativação.

Art. 62 – Enquanto não for construída a capela pública, uma das capelas mortuárias de utilização remunerada, poderá ser usada gratuitamente.

Art. 63 – O Chefe do Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará, por Decreto, no que couber, o disposto nesta Lei.

Art. 64 – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações já consignadas no Orçamento, ficando desde já autorizada a suplementação de verba, caso se torne necessária.

Art. 65 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Macaé, 16 de junho de 2000.


SYLVIO LOPES TEIXEIRA
PREFEITO

ANEXO ÚNICO

TABELA DE PREÇOS

CEMITÉRIO PARQUE (jazigo de caixa dupla)		
Localização	Valor em UFIR	Valor atual em Reais
Área nobre	3.007,24	3.200,00
Área semi-nobre	2.631,33	2.800,00
Área dos fundos	2.255,43	2.400,00

CEMITÉRIO CONVENCIONAL (Jazigo perpétuo)		
Localização	Valor em UFIR	Valor atual em Reais
Área nobre	2.349,40	2.500,00
Área semi-nobre	1.879,52	2.000,00
Área dos fundos	1.409,64	1.500,00

** - Incide acréscimo de traslado.

Valor da UFIR em 11 de maio de 2000.

Obs.: Todos os valores serão mantidos com base na UFIR.

GAVETAS		
Modalidade	Valor em UFIR	Valor atual em Reais
Aluguel por 3 (três) anos	1.127,71	1.200,00
Venda perpétua	1.409,64	1.500,00

Obs.: Os planos acima poderão ser financiados em até 10 vezes.

DEMAIS SERVIÇOS		
Operação	Valor em UFIR	Valor atual em Reais
Manutenção	93,98	100,00 p/ ano
Transferência		20% do valor atribuído ao título no momento da operação.
Uso das capelas	75,18	80,00
Inumação	112,77	120,00
Exumação	150,36	160,00
Traslado em área municipal	187,95	200,00
Traslado (acrécimo por cada 5 km fora do Município)	37,59	40,00
Abertura e fechamento de jazigo.	46,99	50,00
Sepultamento + Traslado dentro do território municipal**	234,94	250,00
Sepultamento + Exumação	281,93	300,00
Sepultamento + Traslado + Exumação**	375,90	400,00

**** - Incide acréscimo de traslado.**

Valor da UFIR em 11 de maio de 2000.

Obs.: Todos os valores serão reajustados com base na UFIR.

Macaé, 16 de junho de 2000.

Sylvio Lopes Teixeira
Prefeito

